



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **pneus e diversos**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem o **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

| PNEUS E DIVERSOS | | | |
|------------------|---|-----------------|----------------|
| LOTE | ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S) | UNID. DE MEDIDA | QUANT. EXIGIDA |
| 1 | Pneu 165/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 60 |
| 2 | Pneu 175/70 R13, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 100 |
| 3 | Pneu 175/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 120 |
| 4 | Pneu 175/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 03, LEI 123/06) | UND. | 30 |
| 5 | Pneu 175/65 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 100 |
| 6 | Pneu 185/60 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 12 |
| 7 | Pneu 185/60 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 8 | Pneu 185/65 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE | UND. | 40 |



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|----|--|------|----|
| | EXCLUSIVO, LEI 123/06) | | |
| 9 | Pneu 185/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 10 | Pneu 195/60 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 11 | Pneu 195/75 R16, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 12 | Pneu 205/60 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 80 |
| 13 | Pneu 205/70 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 14 | Pneu 215/75 AR. 17,5 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 55 |
| 15 | Pneu 215/75 AR. 17,5 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 14, LEI 123/06) | UND. | 15 |
| 16 | Pneu 215/75 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 17 | Pneu 245/70 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 18 | Pneu 245/75 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 50 |
| 19 | Pneu 750/16, liso, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 90 |
| 20 | Pneu 750/16, liso, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso | UND. | 30 |



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|----|---|------|----|
| | rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 19, LEI 123/06) | | |
| 21 | Pneu 750/16, com no mínimo 12 lonas, borrachudo, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 80 |
| 22 | Pneu 750/16, com no mínimo 12 lonas, borrachudo, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 21, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 23 | Pneu 17,5-25, com no mínimo 12 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 40 |
| 24 | Pneu 17,5-25, com no mínimo 12 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 23, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 25 | Pneu 12,5/80-18, 12 lonas, dianteiro, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 16 |
| 26 | Pneu 225/70 R15 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 27 | Pneu 225/70 R16 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 65 |
| 28 | Pneu 225/70 R16 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 27, LEI 123/06) | UND. | 15 |
| 29 | Pneu 225/75 R16 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 30 | Pneu 225/55 R18 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 31 | Pneu 235/75 . R. 17,5, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 60 |



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|-----------|--|------|-----|
| 32 | Pneu 235/75 . R. 17,5, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 31, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 33 | Pneu 245/70 . R. 16, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 30 |
| 34 | Pneu 245/75 . R. 16, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 50 |
| 35 | Pneu 275/80 R22,5 direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 80 |
| 36 | Pneu 275/80 R22,5 direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 35, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 37 | Pneu 1000X20, novo, direcional, com no mínimo 16 lonas, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 130 |
| 38 | Pneu 1000X20, novo, direcional, com no mínimo 16 lonas, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA 37, LEI 123/06) | UND. | 30 |
| 39 | Pneu 1000X20, novo, borrachudo , não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 120 |
| 40 | Pneu 1000X20, novo, borrachudo , não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 39, LEI 123/06) | UND. | 30 |
| 41 | Pneu trazeiro moto 90/90 - 18, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 42 | Pneu para moto 90/90 - 19, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 43 | Pneu trazeiro moto 110/90 - 17, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas | UND. | 10 |



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|-----------|--|------|----|
| | da ABNT. PNEU COM FABRICAÇÃO NACIONAL E GARANTIA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | | |
| 44 | Pneu 14.00/24, 16 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL) | UND. | 25 |
| 45 | Pneu 14.00/24, 16 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 44, LEI 123/06) | UND. | 5 |
| 46 | PNEU DIANTEIRO PARA TRATOR 12 .4-24, com no mínimo 10 lonas. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 47 | PNEU TRASEIRO PARA TRATOR 18.4-30, com no mínimo 12 lonas. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 48 | PNEU DIANTEIRO PARA TRATOR 14.9-24, com no mínimo 12 lonas. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 49 | PNEU TRASEIRO PARA TRATOR 23.1-30, com no mínimo 12 lonas. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 50 | Pneu trazeiro moto 90/90 - 18m/c 57p (sem câmera), novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. Destinado as motos YAMARA 150cc, ano/modelo 2022. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 25 |
| 51 | Pneu dianteiro moto 2.75 - 18m/c 42p (sem câmera), novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. Destinado as motos YAMARA 150cc, ano/modelo 2022. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 25 |
| 52 | Câmara de Ar Aro 14.00/24 certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 53 | Camara de ar para pneu dianteiro moto 2.75 - 18m/c 42p. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 54 | Camara de ar para pneu trazeiro moto 90/90 - 18m/c 57p. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 55 | Câmara de Ar aro 18 moto CG, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 56 | Câmara de Ar aro 19 moto Bros, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 57 | Câmara de Ar aro 17 moto, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. PNEU TRASEIRO DA BROSS. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 58 | CAMARA DE AR 12 . 4-24 (TRATOR). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|----|---|------|-----|
| 59 | CAMARA DE AR 18 . 24-30 (TRATOR). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 60 | CAMARA DE AR 14 . 9-24 (TRATOR). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 61 | CAMARA DE AR 23 . 1-30 (TRATOR). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 20 |
| 62 | CAMARA DE AR 14 . 9 -28 (TRATOR). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 10 |
| 63 | Câmara de Ar Aro 13/14 certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 50 |
| 64 | Câmara de Ar 700/750-16 TR-460, pito longo certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 400 |
| 65 | Câmara de Ar Carga 1.000R20, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 200 |
| 66 | Câmara de Ar Carga 14.00/24, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 70 |
| 67 | Câmara de Ar Carga 17.5/25 - Pá carregadeira, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 50 |
| 68 | Câmara de Ar Carga 12.5/80, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 50 |
| 69 | Protetor de câmara de Ar 750/16. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 150 |
| 70 | Protetor de câmara de Ar 1000/20. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 200 |
| 71 | Protetor de câmara de Ar 14.00/24. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06) | UND. | 70 |

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário de funcionamento do órgão.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos realizado junto as empresas pertencentes ao ramo do objeto bem como pesquisa feita a Fonte de Preços.

5.2. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **MAYKON ANTONIO BARBOSA SILVA, Coordenador de Compras Públicas, CPF nº 112.478.934-05**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com **o município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.